# **VEREDAS**

## Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 8



A AIL — Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como co-patrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. Sua sede se localiza na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos diretivos são a Assembléia Geral dos sócios, um Conselho Diretivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. Seu patrimônio é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudiosos aceitos pelo Conselho Diretivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembléia Geral.

### Conselho Diretivo

Presidente: Regina Zilberman, UFRGS

regina.zilberman@gmail.com

1°. Vice-Presidente: Carlos Reis, Univ. de Coimbra

c.a.reis@mail.telepac.pt

2°. Vice-Presidente: Elias Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela fgtorres@usc.es

Secretária-Geral: Maria da Glória Bordini, UFRGS mgbordini@portoweb.com.br

Vogais: Ana Mafalda Leite (Univ. Nova de Lisboa); Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Cristina Robalo Cordeiro (Univ. Coimbra); Ettore Finazzi-Agrò (Univ. Roma, La Sapienza); Fátima Celeste Ribeiro (Contacto, Serviços de Línguas, Lda); Helena Rebelo (Univ. da Madeira) M. Carmen Villarino Pardo (Univ. Santiago de Compostela); Sebastião Tavares de Pinho (Univ. Coimbra); Rolf Nagel (Univ. Duisburg); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro).

### Conselho Fiscal

Fátima Viegas Brauer-Figueiredo (Univ. Hamburgo); Laura Calcavante Padilha (Univ. Fed. Fluminense); Thomas Earle (Univ. Oxford)

Associe-se pela homepage da AIL:

www.lusitanistasail.net

Informações pelos e-mails:

lusitanistasail@terra.com.br; ailusit@ci.uc.pt

## Veredas

### Revista de publicação anual

Volume 8 – Agosto de 2007

Diretor:

Regina Zilberman

Diretor Executivo:

Benjamin Abdala Junior

### Conselho Redatorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Helder Macedo, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. *Por inerência*: Ana Mafalda Leite; Carlos Reis; Cristina Robalo Cordeiro; Elias Torres Feijó; Ettore Finazzi-Agrò; Fátima Celeste Ribeiro; Fátima Viegas Brauer-Figueiredo; Helena Rebelo; Laura Calcavante Padilha; M. Carmen Villarino Pardo; Maria da Glória Bordini; Rolf Nagel; Sebastião Tavares de Pinho; Teresa Cristina Cerdeira da Silva: Thomas Earle

#### Redação:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas Endereco eletrônico: ailusit@ci.uc.pt

### Realização:

Coordenação: Luiz Fagundes Duarte Revisão: Tania Regina Ortiz Vernet

Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

### Impressão e acabamento:

Evangraf, Porto Alegre, Brasil

ISSN 0874-5102



# **SUMÁRIO**

EDITORIAL	09
Luiz Fagundes duarte Tempo de perguntar	11
TEORIA E CRÍTICA DA CRÍTICA	
ALMUTH GRESILLON	
La critique génétique: origines, méthodes, théories, espaces, frontières	31
GIUSEPPE TAVANI	
O texto medieval e as suas "misérias e desventuras"	46
VANDA ANASTÁCIO	
Quando o papel interfere com a escrita: reflexões sobre alguns autógrafos do Segundo Marquês de Alorna	75
João Dionísio  Criticus fit	104
Cruicus ju	102
CRÍTICA E LINGUÍSTICA	
HEITOR MEGALE, SÍLVIO DE ALMEIDA TOLEDO NETO,	
PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN, RENATA FERREIRA COSTA, VANESSA MARTINS DO MONTE	
Crítica textual: análise grafemática e pesquisa lingüística	127
Luís Prista	
Um manuscrito de João Félix Pereira: a <i>Carta</i> sobre a Reforma Ortográfica de Barbosa Leão	147

# CRÍTICA E LINGÜÍSTICA

# Crítica textual: análise grafemática e pesquisa lingüística

HEITOR MEGALE
SÍLVIO DE ALMEIDA TOLEDO NETO
PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN
RENATA FERREIRA COSTA
VANESSA MARTINS DO MONTE

Universidade de São Paulo

### 1. Introdução

A análise grafemática requer razoável domínio de Paleografia, ciência de fundamental importância para Crítica Textual de manuscritos, ainda quando não se ocupe exatamente da escrita antiga, como seu significado etimológico supõe:  $\pi\alpha\lambda\alpha$ ιός, antigo + γραφειν, escrita, mas também da moderna, certamente com maior grau de dificuldade de leitura do que algumas escritas antigas, como a uncial e a capital latinas, ou medievais, como a gótica librária.

Este artigo traz resultados seletivos da análise grafemática de manuscritos do século XVIII editados por dois pesquisadores do Projeto Filologia Bandeirante e por três pós-graduandos filiados ao mesmo projeto. Distribui-se a documentação em cinco itens, quatro mesmo projeto. Distribui-se a documentação em cinco itens, quatro dos quais de documentos produzidos exclusivamente no Brasil e um quinto que associa documentação lavrada em Portugal e no Brasil.

Roteyro da Viagem para as Minas do Cuyaba, que fez Francisco Palacio no anno de 1726 é o primeiro; Noticias Praticas Das Minas do Cuyabâ eGoyazes Na Capitania de São Paulo, Noticia Primeyra Pratica Que dâ ao Reverendo Padre Diogo Soares o Capitam Ioaõ Antonio Cabral Camello, sobre a Viage que fez as Minas do Cuyabâ no anno de 1727, o segundo; carta de Antônio Francisco Lustosa ao rei D. João V, datada de Santos, em 20 de novembro de 1734, o terceiro; o quarto trabalha documentos provenientes do Arquivo Nacional e do Arquivo Goiano, lavrados entre 1724 a 1793; e o último, documentos do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco", 20 dos quais lavrados no Brasil, e 22, em Portugal, entre 24 de janeiro de 1704 e 19 de agosto de 1724.

## 2. Grafia, grafema e alógrafo

A análise que este artigo oferece exige prévia discussão de alguns conceitos fundamentais, a começar por grafia e grafema. Segundo o ponto de vista de cada autor, a bibliografia proporciona conceitos de grafia ora muito abertos, ora mais fechados, chegando a restringir-se ao grafema e respectivos alógrafos. Limitado o campo à escrita alfabética, são muito apropriados os conceitos que partem da grafia como sistema de escrita. O mais amplo associa grupos de línguas, seguindo-se os que se ocupam de uma língua determinada, da escrita em algum período da história de uma língua, e da privativa de um grupo de escribas até um sistema específico de apenas um escriba. São encontradiças referências como escrita ibérica, que agrupa as línguas da Península, o sistema da escrita com o alfabeto cirílico, a cobrir diversas línguas; do ponto de vista de apenas uma língua, o sistema da escrita da língua grega, da língua portuguesa, etc. Como sistema coletivo de escribas de uma mesma língua, convém lembrar o sistema da escrita copta de parte dos manuscritos descobertos, há cem anos, próximo da cidade do Cairo, e cujo estudo passou por sucessivas gerações de especialistas, começando os textos a serem publicados recentemente; o sistema da escrita dos

apógrafos italianos dos cancioneiros galego-portugueses, o sistema da escrita de Alcobaça, o da escrita jesuíta, o da escrita notarial no Brasil do século XVII, sendo esses sistemas também conhecidos como uma escola, um conjunto de escribas de determinado *scripto-rium*, ou de determinada profissão de escrever, num recorte de tempo da história de uma língua.

Dentro de um sistema teórico, coletivo ou individual, aplicase também ao termo grafia, de outro ponto de vista, um conceito que responde pela forma assumida pela codificação de uma unidade fonológica, morfológica, lexical ou supra-segmental. Digamos que seja esse o sentido específico que se aplica à forma dos grafemas, pressupondo que a grafia adote um conjunto de regras para essa codificação. Convém atentar, porém, que não se trata aqui do conjunto de regras, reconhecido como ortografia, porque as regras de ortografia não ditam exatamente normas para a forma da grafia, mas apenas critérios de correção ortográfica. Caso contrário, todo material ortograficamente incorreto, estaria excluído da grafia, o que certamente não atende a nenhum interesse científico.

Conceito tão polissêmico quanto o de grafia, o grafema, unidade mínima da escrita alfabética, campo limitado desde o início, gera outro termo muito recorrente na análise do material manuscrito: o alógrafo, variante do grafema.

Há autores que consideram grafema sinônimo de letra, enquanto outros o tomam por representação do fonema. De certa forma, essas duas tendências cruzam com um conceito de que grafema é a unidade do código escrito, em termos, comparável ao que é o fonema para o código oral, e cujo uso admite variáveis. A discussão a respeito de ser essa unidade concreta ou abstrata divide autores: há os que tomam o grafema por unidade abstrata correspondente à letra, com realização na escrita sob a forma de variantes, os alógrafos; e aqueles para os quais se torna necessário distinguir e identificar o grafema no sistema de grafia em questão, considerando alógrafos as suas variantes. De um modo ou de outro, alógrafo continua sendo variante de grafema, seja esse abstrato ou concreto. Assim como em alegoria: ação de falar uma coisa, na verdade, querendo dizer outra, a raiz grega  $\square$   $\square$   $\square$  significa outro e aponta o alógrafo como outra forma do grafema.

Infere-se, pois, que os alógrafos estão para o grafema assim como os alofones para o fonema. Enquanto realidade fônica perceptível pela audição, o fonema e é o referencial necessário para o alofone. Assim, pois, como o fonema, menor segmento fônico desprovido de sentido, tem por variante o alofone, o morfema, signo mínimo com significação, tem o alomorfe, e o grafema, a unidade de um sistema da escrita, o alógrafo.

MAIA (1986: 298) aproxima as definições de letra e grafema, usando como sinônimo para este a expressão 'símbolo gráfico':

"o grafema surge, assim, como uma entidade do sistema gráfemático, indivísível em unidades menores que sejam representantes gráficos de unidades da língua falada. Os grafemas definem-se, pois, como as unidades mínimas pertencentes a um sistema grafemático, o qual, embora apresentando um grau de sistematização menor do que a que exista no interior dos sistemas fonológicos, tem a sua estrutura interna própria".

A hipotética dificuldade de se apontar o grafema dentro de um universo de ocorrências se resolve da mesma maneira como se aponta o fonema referencial para distinção dos alofones ou o morfema para identificação dos alomorfes. E isso vale para qualquer fase da história de uma língua. Se há dificuldade em distinguir determinado alofone do respectivo fonema, em qualquer estado de uma língua, assim como há para identificar alomorfe de seu morfema, é de se prever que o mesmo aconteça com alógrafos e respectivo grafema. Pelo menos teoricamente, a língua escrita parece levar vantagem sobre a falada, visto que os testemunhos estão nos arquivos e nas bibliotecas, sejam os suportes pedra, papiro, tabuinha, pergaminho ou papel, ao passo que para as realizações fônicas, não há gravações tão antigas. Isso faz com que o trabalho com a língua escrita deva ter a máxima fidelidade não só, mas também para poder fornecer subsídios científicos para Fonética e Fonologia, enfim, para a Lingüística Histórica.

## 3. Roteyro da Viagem para as Minas do Cuyaba

O Roteyro da Viagem para as Minas do Cuyaba, que fez Francisco Palacio no anno de 1726 é um manuscrito de 22 fólios. pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros. Relata a viagem fluvial de São Paulo às minas do Cuiabá. Dividida em capítulos que levam o nome do rio, varadouro ou sangradouro descrito: rio Tietê, varadouro grande de Camapuã, sangradouro do Axianês etc., a narrativa informa detalhes sobre como navegar, sobre roças e habitantes e sobre os perigos com o gentio e com feras, entre outras informações práticas. Alusões à mitologia greco-latina e uso de expressões do latim eclesiástico evidenciam a erudição do autor, assim como as notas marginais que, ao longo do texto, fornecem a acepção de topônimos. Conclui-se a narrativa com observações sobre as dificuldades que enfrenta quem chega às minas do Cuiabá: "O trabalho doCaminho hê insoportavel, os riscos tão ameudados, como devezes bate opulso, asfomes, e doenças continuas, eos Gentios Sem nùmero", pelo que, segundo se aconselha, há necessidade de guias práticos para aí chegar, além da consulta ao Rotevro.

O trabalho de transcrição do *Roteyro* levanta questões, dentre as quais chamam a atenção dúvidas sobre quem teria lavrado o manuscrito e sobre a história do documento. A leitura ativa a busca de indícios que possibilitam delinear o perfil do escriba, bem como definir o lugar que ocupa esse testemunho na tradição da obra, além do conhecimento do autor, Francisco Palácio. Até o momento, porém, não foi possível encontrar dados biográficos sobre Francisco Palácio, nem há notícia da existência de outros testemunhos manuscritos ou impressos. Por ora, apenas traços de cunho filológico, extraídos da leitura do manuscrito indiciam pistas importantes para as respostas que procuramos.

Características gerais da escrita parecem indicar que a transcrição do texto é obra de um mesmo punho, destro na humanística cursiva setecentista, se forem considerados elementos como o ângulo, o módulo, o peso, o *ductus* e o encadeamento. Um contraste entre linhas de fólios próximos do início e do fim do livro são suficientes para evidenciar a identidade gráfica de todo o *Roteyro*:

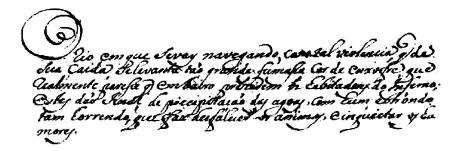


Figura 1 – Linhas 1 a 3 do fól. 2v. do Roteyro.

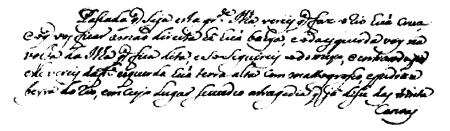


Figura 2 – Linhas 36 a 41 do fól. 18v. do *Roteyro*.

Ambos os excertos revelam caligrafia muito cuidada, constante inclinação à direita, equilibrada dimensão das letras maiúsculas e minúsculas. A identidade entre os trechos acima evidencia-se no traçado de algumas letras, como, por exemplo, o <g> medial, o <h> inicial, o <r> inicial e o <s> longo final. O <g> medial apresenta uma cauda larga e curva, que desce do corpo, da direita para a esquerda, e sobe para fechar-se ao quase tocar o corpo, que é diminuto. O <h> inicial desce numa curva semicircular para a esquerda e depois para a direita, seguida de outra menor, abaixo, pela qual se une à letra seguinte. O <r> inicial apresenta uma curva ascendente da esquerda para a direita, que desce depois, da direita para a esquerda, quase fechando um círculo, para, em seguida, descer obliquamente à esquerda, ligando-se à letra seguinte. Por fim, o <s> longo final desce com sua cauda obliquamente para a esquerda, terminando em curva sem fazer laço.

À direita de cada fólio, recto e verso, faz-se uso do reclamo, como se vê na última linha da figura 2, com <Canoas>, o que indica a intenção de controlar a sucessão dos fólios. Ao longo da mancha, segue-se com atenção um regramento ideal. São todos procedimentos de extremo cuidado no preparo do texto, atitudes de rigor e minúcia que dificilmente poderiam ser postas em prática durante o percurso de uma viagem tal como a que é relatada, num ambiente povoado de imprevistos e perigos. Esse contexto permitiria ao autor, quando muito, tomar notas, posteriormente passadas a limpo, o que nos indica que a conclusão do Roteyro, na sua versão acabada, não deve ter ocorrido simultaneamente ao fim da viagem. Essa hipótese é corroborada por informações dadas pelo texto, como a menção a datas muito posteriores à do título, as quais, supomos, já fariam parte do original. A data mais recente é registrada quando se afirma que "chegou neste anno de 1734 ogentio Payaguâ adestruir huã tropa" (fól. 20r.), data que poderia situar cronologicamente a conclusão do texto original em oito anos após a data da viagem.

Dados até agora apresentados indiciam que esse testemunho do Roteyro foi cuidadosamente executado, do começo ao fim, por um mesmo punho. Cabe perguntar se o testemunho seria o original, isto é, se teria sido lavrado pelo próprio Francisco Palácio, ou por outrem, sob sua supervisão. Ou ainda se seria cópia feita sem a supervisão do autor. Para responder a essa pergunta, parte-se do princípio que um testemunho autógrafo ou idiógrafo caracteriza-se como original por estar sob controle do autor e registrar efetivamente a sua vontade, o que resulta na correção de eventuais erros localizados. Já num testemunho apógrafo, é muito mais provável e até inevitável a existência de erros de cópia, isto é, modificações nãoautorais do texto. Nesse testemunho, encontram-se típicos erros de transcrição como, por exemplo, repetição de palavra: "e não tomeis por entre as [[as]] Ilhas" (fól. 12r.); e omissão de palavra, como em: "Mas para que venhaes no escuro Conhecimento vos declaro como posso" (fól. 2r.), onde omitiu-se na subordinada final a negação, sem a qual a frase está contraditória. Ainda em: "que para explicada hê impossivel" (fól. 2r.), há elipse do auxiliar. Como esses erros não foram corrigidos, parece não ter havido revisão do trabalho rea-

Para uma proposta de classificação de erros, ver BLECUA, 2001, p. 18.

lizado, o que indica que o testemunho parece ser um apógrafo, que teria tido como modelo o próprio original ou talvez já cópia intermediária. Seria ainda evidência de cópia o recurso do espaço intervalar após ponto final, para marcar a eliminação de um parágrafo: "e outras ocazio□s osCanaes mais secos, ou cubertos. [espaço] O trabalho doCaminho hê insoportavel" (fól. 21r.).

### 4. Noticias Praticas Das Minas do Cuyabâ eGoyazes

Noticias Praticas Das Minas do Cuabâ eGoyazes Na Capitania de São Paulo, Noticia Primeyra Pratica Que dâ ao Reverendo Padre Diogo Soares o Capitam Ioaõ Antonio Cabral Camello, sobre a Viagê que fez as Minas do Cuyabâ no anno de 1727, lido e perto de ser publicado pela equipe do Projeto Filologia Bandeirante, é um códice da Biblioteca Municipal de Évora. Durante o trabalho de estabelecimento do texto, chega ao conhecimento da equipe uma publicação pelas Edições UFMT, de outro códice oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio correspondente Francisco Adolfo de Varnhagen.

Três discrepâncias entre o códice eborense e a edição daquele do IHGB, no parágrafo 26, numeração comum aos dois testemunhos.

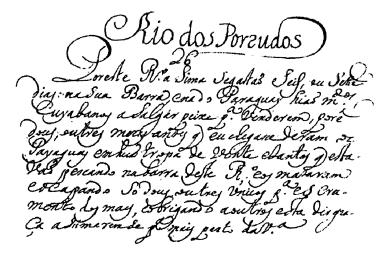


Figura 3 – Parágrafo 26 do códice eborense.

Lê-se na imagem do parágrafo 26, Rio dos Porrudos: "Por este Rio aSima segastaõ Seis, ou Sette dias", passagem que, na edição do códice do IHGB, diz: "Por este rio acima se gastam sete ou oito dias"; a segunda discrepância está na palavra "escramento" que contrasta com "escarmento", e a terceira em "arumaremse", contra "a sumirem-se". Essa terceira discrepância remete ao grafema erre dois de conta, na expressão de Madureira Feijó, a respeito do qual há mais informações no item 7 deste artigo.

## 5. Carta de Antônio Francisco Lustosa para o rei D. João V

A carta de três fólios, possivelmente cópia, faz parte de uma discussão entre Antônio Francisco Lustosa e Francisco Correia Pimentel, juiz de fora da comarca de São Paulo, a respeito da má distribuição do sal e do seu alto preço.

Mandadessis per Succented Anos, comprede por esquibe gray Exegentarios, legranes il sopor to legranção ograzacia sobillatos, commence negecialed generalizandos, Ogaco mandre Chemil ar godo Siculo fecula Secula Rancia cor e à Amente Ospor les sor gor exector o consuc

Figura 4: Carta datada de 20 de novembro de 1734.

Na degreca issio beneatio, le oradesmientia, Carembarea, est a la Liberabat. altre Segui in Sea viagon: ( unde en que perdie à la lforme Personit equi abent revalta resta, embarea, orti, Comule maignage grisorial vir, viorderait de la que na en trava), sum Selomitabe a summa nos el al logeres, com equeux lo endo le Sariba Gibacque, com

Figura 5: Carta datada de 20 de novembro de 1734.

Do ponto de vista lingüístico, a presença das variantes b e v, em exçeçibo ao lado de pouo, e negoçiaba, alcançaba,  $deliberaba\~o$ , remediaba ao lado de  $mandaua\~o$ , hauia,  $entraua\~o$ , afeta o morfema modo-temporal do pretérito imperfeito. Segundo Mattos e Silva

(1993, p. 37), o sistema modo-temporal do verbo latino já tinha, no geral, sofrido reestruturações profundas no início do século XIII.

A ocorrência desse morfema modo-temporal em documento brasileiro do século XVIII certamente vai além da variedade assoviar / assobiar, vassoura / bassoura, covarde / cobarde. Salienta Said Ali (1964: 28) que a oclusiva bilabial b do latim clássico, em posição intervocálica, era pronunciada como fricativa. Certas palavras, como dever (debere), haver (habere), fava (faba), cavalo (caballu-), etc, atestam esse fato e indicam que a pronúncia do v ainda perdura. Nunes (1970: XLIX, §93) observa que na passagem do latim para o português o b medial permuta com a contínua branda correspondente v em palavras como: trabe / trave, abante / avante, móbile / móvil, etc. O mesmo autor afirma que o uso de v por b se dá principalmente por causa da confusão que se estabeleceu entre as duas consoantes ainda no latim clássico.

Dessa forma, verifica-se que a variação das consoantes b e v é um fenômeno natural e freqüente e vem de longa data, já que se dava no próprio latim clássico e perdura até nossos dias, como salienta Castro Lopes (1920: 115): "O b é por muitos portugueses, designadamente os minhotos e os beirões, proferido como v, herança, aliás, dos latinos, que já faziam a mesma troca".

O Brasil, segundo Head (2002: 260), inclui-se nesse fenômeno de variação, uma vez que a língua dos seus primeiros habitantes, os indígenas, não possui as letras f, l, j, z, nem v. Nesse caso, a alternância entre b e v em palavras de origem indígena, "parece ser um processo ativo de variação, atingindo um grande número de formas: pacova / pacoba; jabuticaba / jabuticava; maniva / maniba; manaíva / manaíba".

# 6. Documentos do Arquivo Nacional e do Arquivo Goiano, entre 1724 a 1793

Talvez os fonemas que se apresentem sob maior variedade de grafemas sejam as consoantes constritivas fricativas, também conhecidas como sibilantes. No português do Brasil e da maior parte de Portugal, existem atualmente dois fonemas sibilantes, denominados pré-dorsodentais ou linguodentais, pelo seu ponto de articulação. A variedade de grafemas utilizados para representar tais sons, que se observa tanto nos textos contemporâneos — escritos por alunos da educação básica — quanto em textos do século XVIII, demonstra que a confusão permanece e que não é possível estudar suas origens prescindindo da pesquisa em história da língua.

No galego-português, pode-se estabelecer a existência de quatro fonemas sibilantes: um par (surdo/sonoro) pré-dorsodental, /s/ e /z/, e outro ápico-alveolar, / $\square$ / e / $\square$ /. O primeiro par, que prevaleceu no português brasileiro e no centro-sul de Portugal, provém das africadas surda e sonora, /ts/ e /dz/, respectivamente. Tais africadas começam a perder o elemento oclusivo inicial já no século XIII, passando ao grupo das constritivas fricativas. Esses dois fonemas não se confundem com o par ápico-alveolar, já que seu ponto de articulação é diverso. Os dois pares de fricativas existentes no galego-português passam, então, ao português. Para representar cada par de fonemas sibilantes, os pré-dorsais e os ápico-alveolares, que eram produzidos de forma diferente, utilizavam-se grafemas distintos. No caso das pré-dorsodentais, grafava-se com c ou  $c^{e,i}$  o fonema surdo e com z o sonoro. Utilizava-se -s e -ss- para a ápicoalveolar surda e -s- para a sonora. Como a pronúncia era diferente, não havia razão para a confusão no momento da grafia.

O quadro atual das consoantes sibilantes revela a manutenção dos quatro fonemas no nordeste de Portugal, em parte do Minho e de Beira Alta, e em Trás-os-Montes. Ao norte, na província do Entre-Douro-e-Minho, há confusão entre as sibilantes, mas prevalecem as ápico-alveolares. Na região centro-sul também existe confusão, prevalecendo as pré-dorsodentais, sibilantes que se mantém também no português do Brasil. Esta redução no quadro das sibilantes, verificada no centro-sul de Portugal, pode ser situada entre os séculos XIV e XVI, segundo a literatura a respeito. Os gramáticos do início do século XVI (Fernão de Oliveira, 1536, e João de Barros, 1540), contudo, não fazem referência a essa confusão. Somente as gramáticas do final do século XVI aludem ao problema (Duarte Nunes de Leão e Pêro Magalhães de Gândavo, ambos em 1574).

Como se perde a distinção fônica entre os dois pares de fonemas, confunde-se, por conseqüência, o grafema a ser utilizado na

representação de um fonema que passou a ser idêntico a outro. Os verbos *coser* e *cozer*, que soam da mesma forma para a maior parte dos falantes do português, apresentam dois grafemas distintos: -s-, que em posição intervocálica sonoriza-se, e -z-, que desde o século XIII é utilizado apenas para grafar a consoante sonora. Tal distinção gráfica, cuja origem é praticamente desconhecida pelos falantes do português, soa como dispensável atualmente, já que a pronúncia é idêntica na língua padrão em Portugal e no Brasil, mas a redução dos dois grafemas a apenas um apagaria uma marca da história da língua, imprescindível para o estudo de sua evolução.

Diante desse quadro complexo da evolução do sistema das sibilantes no português, pretende-se verificar a variedade de grafemas utilizados para representar tais fonemas em *corpus* formado por manuscritos do século XVIII. Proveniente dos estados brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o *corpus* é constituído por diferentes tipos de documentos, oficiais e não-oficiais, entre cartas, bilhetes, requerimentos, etc. O conjunto de manuscritos apresenta sete grafias distintas, o que permite inferir que tenha sido escrito por sete escribas diferentes. Tal variedade dentro do *corpus* é extremamente produtiva em pesquisas como esta, visto que afasta a possibilidade de marcas dialetais de um ou outro punho, tanto pelas regiões serem diversas quanto pelo número de escribas e pela variada tipologia.

Antes de apresentar os dados do levantamento grafemático realizado no *corpus*, convém observar os diferentes traçados de alguns grafemas em vocábulos selecionados: <s> em posição inicial (Silveira - Souza - senado); em posição final (ditos - mais - crianças - nos); medial e final (comestíveis - osefica, por ossifica); <c>

em posição inicial (cencera, por sincera); <sc> no caso, inicial de vocábulo colado ao artigo (asciencia); <x> em posição medial (existiao); <ç> em posição medial (açento) e <ss> em posição medial (cessar - Nossa):

silveira Iman Sando delas mais crianças ? Comprision Concerca asserta sofar Affar osfefica existias accesto

O levantamento realizado mostrou que, em posição inicial, do total de 625 ocorrências, todas com a sibilante surda, houve apenas 7 ocorrências ou 1,1% de desvio da norma padrão culta atual que, ou representa a etimologia do vocábulo, ou sua forma consagrada pelo uso, podendo até não seguir a raiz etimológica neste caso. Em 95,3% das palavras iniciadas pela sibilante surda (596 ocorrências), o grafema utilizado foi s-; em 4,6% (29 ocorrências), o c-; e constatou-se uma ocorrência de sc-, verificada no vocábulo sciencia, cuja etimologia justifica a escolha desse grupo consonantal. A respeito desse dígrafo, é interessante notar que Viana (1911: 23) o mantém: "É conservado o grupo inicial sc, das seguintes palavras e seus derivados e afins, em que o s é mudo: scena, sciencia, scetro, sceptico, scisma, scisão, sciatico, scintilar, scelerado, e algum outro menos usual". Conforme apontado, o desvio apresentado em posição inicial pode ser considerado irrelevante do ponto de vista de variação, fato que corrobora a tendência da manutenção da consoante inicial na evolução do latim ao português.

41% dos casos cuja etimologia justificaria o uso de c, s, sc e ss. Na maior parte das vezes (46,4%), o ç substituiu o grafema ss. Com relação a esta variação, entre ç e ss, nota-se a ligação da escrita com a língua falada, visto que, como apontado acima, havia a distinção fônica entre tais grafemas: ç representava a consoante prédorsodental e ss representava a consoante ápico-alveolar, que ainda existe no Norte de Portugal. Talvez a confusão na grafia possa apontar para o apagamento da distinção entre as pronúncias da sibilante surda, o que levaria o escriba a optar indistintamente por um ou outro grafema, já que os dois resultavam no mesmo som.

Os grafemas utilizados para marcar a sibilante sonora intervocálica foram três: s, z e x. A preferência dos escribas recaiu sobre o grafema z, empregado em 92,1% dos casos (268 ocorrências). A partir da análise dessas ocorrências, constatou-se que em 43,6% dos vocábulos (127 ocorrências) o grafema z foi utilizado de forma indevida, ou seja, em palavras cuja raiz etimológica justificaria o uso de s. Houve apenas um desvio em relação ao grafema s: a forma do verbo fazer, grafada fasem. O grafema x não apresentou nenhum desvio. Nota-se, portanto, que o grafema z obteve um valor alto de desvio da norma padrão culta atual, tanto em valor absoluto (43,6%) quanto em comparação às sibilantes surdas.

Após a análise dos grafemas utilizados no *corpus* em questão, a primeira conclusão a que se chega é que a representação de surda medial não sofreu tanta variação quanto a sonora. Tal fato está em concordância com o que descreviam os ortógrafos da época. Madureira Feijó (1734: 44), por exemplo, diz a respeito da sibilante surda:

Pois se esta he a rigorosa, e propria pronunciação do S, como se equivoca com a do C, que he tão diversa? Se os sons são diversos, como pode ser a consonancia a mesma? Demos a cada huma destas letras a diversidade da sua pronunciação, e logo se perceberá a diversidade de Sá, ou Ca, Sé, ou Ce, Si, ou Ci, So, ou, Co, Su, ou Cu. Pronunciase Capato, e Capato; Capato;

Caetano de Lima (1736: 102) também comenta sobre a diferença na pronúncia de c e s, afirmando que o grafema a ser utilizado dependerá do fonema produzido na fala. A confusão observada na forma de representar a consoante sonora, porém, é semelhante à arbitrariedade que se observa nas ortografias de meados do século XVIII. Feijó (1734: 94) faz a seguinte consideração: "A duvida mayor no uso do s he, quando se ha de escrever simplez, ou dobrado; porque escrevendose simplez, humas vezes sôa como s, e outras como s; e para se escrever dobrado naõ nos assignaõ regra certa". Caetano de Lima (1736:102), da mesma forma, atesta a dificuldade e assinala a informação fonética de extrema relevância: "Ha muita dificuldade em averiguar, quando se deve escrever s, ou s0 entre duas Vogaes, pois que a pronuncia he a mesma".

Além de coincidir com a dificuldade dos ortógrafos setecentistas, a preferência maciça pelo uso de z revela concordância com a preferência pelo c, verificada no caso da surda; já que os dois grafemas eram usados justamente para representar o par de sibilantes pré-dorsais, utilizado no português padrão.

A confusão no uso dos grafemas para representar as sibilantes ocorre até os dias de hoje, como se pode observar em textos de alunos da educação básica. Talvez com o destaque devido ao ensino da fonética, passando brevemente pelo seu aspecto histórico, seja possível ao menos conferir caráter menos arbitrário à ortografia em língua portuguesa, remontando às origens da profusão de grafemas existentes para representar as consoantes sibilantes. Dessa forma, a língua seria vista como um organismo vivo também na educação de base. Um organismo composto de aspectos sociais, culturais e históricos.

## 7. Documentos do Projeto Resgate entre 1704 e 1724

Do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" foram selecionados cento e trinta e quatro fólios com quarenta e um documentos, datado o primeiro de 24 de janeiro de 1704, e o último, de 19 de agosto de 1724. Sintetiza-se o recorte de análise grafemática exclusivo do grafema erre que aparece em dois tipos de alógrafos. O critério para essa classificação baseou-se no regramento virtual, análogo à pauta de quatro linhas horizontais paralelas do caderno de caligrafia.

# rna 1 1 20 99 9057

Os três grafemas do primeiro tipo possuem corpo que ocupa apenas o espaço entre as linhas médias, sendo, por isso, classificados como erre pequeno, minúsculo. No decorrer de sua evolução, têm recebido diversos nomes, como martelo, o primeiro; quadrado, o segundo; e redondo, o terceiro. O segundo tipo tem corpo para a-lém dessas linhas centrais, avançando para a parte superior. Se o módulo é comum a esses erres, a diferença entre eles está na forma e no traçado. Os dois primeiros têm o traçado do martelo e serão tratados aqui por "martelo alto"; os dois seguintes, conhecidos como "dois de conta", têm o mesmo traçado do redondo e serão chamados de "redondo alto"; e os outros quatro são erres maiúsculos, grandes: os dois primeiros com dois traços e os outros dois com apenas um traço cada um.

Nos documentos pesquisados, há 8927 ocorrências dos alógrafos do grafema em questão: 6431 do erre pequeno; 10 do martelo alto; 484 do redondo alto; 227 do grande.

A imprecisão em identificar as vibrantes ocorre em posição medial intervocálica, em que tanto o martelo alto (1), quanto o redondo alto (30) e o grande (3) coexistem de forma simples em contextos em que se usaria apenas o erre pequeno geminado (168) para marcar a vibrante múltipla. Apesar da preferência considerável por esse, há punhos em que não se encontra concorrendo com as outras formas:

Sa Balla da Bestisga Leide das principis Lum Redute ou Ceta Se la onde renia Sinco Se las destriblesia e Informacia propara da Juella Balla a Regulo dagam Barcaesio g ente e e a esos pello grande descaminas o sem partie Balla a formada Seal plincipal mon partie Balla a georgia da Seal plincipal mon partie Balla a georgia da Seal plincipal mon partie Balla a georgia da Seal plincipal mon partie de la compation parties de la compation partie de la compation partie de la compation partie de la compation parties de la compation partie de la compatio

Figura 6: Documento datado de 25 de outubro de 1710

Feijó (1734, p.93) faz menção ao uso desse grafema de forma semelhante à encontrada no trecho acima, demonstrando que não se tratava de atitude isolada dos escribas desses manuscritos.

He regra geral, e certa, que todas as vezes, que o R² entre duas vogaes ferir a seguinte com som forte, e aspero na pronunciação, sempre se escreverá dobrado; [...] So adverto, que erraõ os que entre duas vogaes escrevem hum R, como hum 2 de conta; e outros hum R grande para ferirem a vogal seguinte com som forte, porque o R, ou seja pequeno, ou grande, desta, ou daquella figura, sempre vale por hum so; e não pode ferir a vogal seguinte com força, senão dobrado [...]

Assim, Feijó não faz mais do que confirmar Leão (1864, p.168): "naõ ha mais que screuer como pronunciamos .s. o áspero per dous .rr. & o mais brando per hum". Esse mesmo autor lembra que em começo de palavra não se escreverá dobrada, o que não impede a alta freqüência de ocorrência como *rrecontar*, *rrecudir*, *rrem*, *rrespeyto*, *rreto*, *rrey* etc. Como acontece hoje, no século XVIII e nos anteriores, já havia normas de ortógrafos que não se cumpriam, a favor de hábitos de escrita, como documentam esses itens, veja-se o curioso caso de geminadas, erre martelo e redondo na palavra *Porrudos*, do item 4.

 $<sup>^2</sup>$  Com esse símbolo, o autor se refere genericamente à letra erre. Não confundir com o erre maiúsculo.

Diante desse quadro, não há por que estranhar BaRa, Ba2a, Barra, ainda que aqui não ocorra Bara. A exata transcrição do manuscrito é certamente preferível a qualquer outra que neutralizasse as ocorrências. Melhor do que intervir apressadamente em suposto uso equivocado de alógrafos, é passar a informação a respeito do manuscrito, de modo que especialistas em Fonologia Histórica, possam conferir o original, no caso de haver elementos que indiciem avanço em suas pesquisas. Gramáticos e ortógrafos da época podem fornecer subsídios, mas sua aplicação há de ser muito criteriosa.

Por essa razão, transcrever essas ocorrências exige fidelidade ao manuscrito, pois conta-se com apenas dois sinais tipográficos, os erres minúsculo e maiúsculo, para registrar fidedignamente a representação das vibrantes realizada por meio dos vários alógrafos do grafema erre.

### 8. Conclusão

O recorte de exame paleográfico de que se deu amostra revela que os manuscritos têm muito mais a contar do que seu conteúdo propriamente dito. A busca de uma tipologia dos sistemas de escrita em maior ou menor escala e com finalidade científica leva a inferências mais amplas quanto à caracterização do texto estudado, não só como repositório de um determinado estado de língua, mas também como objeto proveniente de um determinado contexto, no qual vigora uma cultura específica, a se levar em conta.

Para se chegar a um enfoque mais amplo sobre as características de um dado documento manuscrito, no entanto, deve-se partir, de preferência, da constatação do detalhe, que, se for bem trabalhado, pode oferecer uma base sólida e verdadeira para uma reflexão filológica mais ampla. Neste trabalho, os dados comprovam que uma análise grafemática atenta é capaz de suscitar pesquisa a se levar a cabo em especialidades diferentes como a Diplomática, a partir de indícios de ser apógrafo um testemunho tido como autógrafo; a Sociolingüística, no caso de marcas dialetais definidas, a Lingüística Histórica, pela riqueza de informações lexicais, fonológicas, morfossintáticas e semânticas.

Além de suscitar pesquisa lingüística nas mais especializadas áreas, a edição de manuscritos vem preocupando pesquisadores que fazem Crítica Textual principalmente por duas razões: a primeira é o alto risco de estudos feitos sobre lições que neutralizam marcas do estado de língua de manuscritos; e a segunda, o quanto os estudos de língua portuguesa carecem de textos historiográficos que informem o passado dos dados lingüísticos, com certeza de maior relevância do que aqueles que contam a sucessão de normas, no caso específico da ortografia, de acordo e desacordos. Não que esses textos devam ser excluídos, mas sua utilidade desdobra-se no confronto com os dados colhidos do material que efetivamente registra o estado de língua em que tenham sido lavrados os manuscritos. Sem dúvida, haveria grande interesse por uma História da Ortografia feita em cima do uso, mais precisamente, dos variados hábitos de escrita que foram se sucedendo desde as origens da língua.

### **REFERÊNCIAS:**

BLECUA, Alberto. Manual de crítica textual. Madrid: Castalia, 2001.

CAMBRAIA, César Nardelli; MEGALE, Heitor; CUNHA, Antonio Geraldo da. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999.

CAMBRAIA, César Nardelli. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Ivo. Introdução à História do Português. Geografia da língua. Português antigo. Lisboa: Colibri, 2004.

CATACH, Nina. (Org.). Para uma teoria da língua escrita. Trad. Fúlvia M. L. Moreno e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1996.

FEIJÓ, João de Moraes Madureira. Ortographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingoa Portgueza. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734.

GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó. Ortografista do século XVIII*. Para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

HEAD, Brian Franklin. Contributos da Arte de Gramática para o Estudo da fonética histórica tupi-portuguesa. In: PINHO, Sebastião Tavares de; FERREIRA, Luísa de Nazaré. (Coord.). Anchieta em Coimbra (1548-1998). Actas do Congresso Internacional. Coimbra: Universidade de Coimbra / Fund. Eng. António de Almeida, 2002. Tomo I.

HIGOUNET, Charles. L'Écriture. 7. ed. Paris: PUF, 1986.

HOUAISS, Antônio. Elementos de Bibliologia. Rio de Janeiro: INL,1967.

JACKSON, Donald. The story of writing. Londres: Barry and Jeckins, 1981.

LIMA, Caetano de. Orthographia da Lingua Portugueza. Lisboa Occidental: Antonio Isodoro da Fonseca, 1736.

LOPES, Domingos de Castro. Pela escrita sônica. Revista de lingua portuguesa, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, 1920.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MALLON, Jean. Paléographie Romaine. Madrid: 1952.

NUNES, José Joaquim. Compêndio de gramática histórica portuguesa. Fonética e morfologia. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1969.

. Crestomatia Arcaica. Excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até o século XVI. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1970.

OSTOS, P. et alii. Vocabulário de Codicologia.. Madrid: Arco, 1997.

SAID ALI, Manuel. Gramática Histórica da Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SANTOS, Maria José Azevedo. *Da visigótica à carolina*: a escrita em Portugal de 882 a 1172. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico*. Morfologia e sintaxe. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. Fundamentos da crítica textual. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. Introdução à Edótica. São Paulo: Edusp, 1977.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Relação grafema / fonema no português antigo. In: Estudos Lingüísticos. Anais de Seminário do GEL, XXIV. São Paulo: s.ed., 1995. p. 636-42.

VÁZQUEZ CORREDOIRA, Fernando. A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como exemplo ao contrario. Galiza: Laiovento, 1998.

VIANA, Aniceto dos6. Reis Gonçalves. Bases para a unificação da ortografia que deve ser adoptada nas escolas e publicações oficiais. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.